

Formato para la presentación de experiencias

Instrucciones

El panel que analizará las experiencias, se basará exclusivamente en la información que las instituciones presenten en este formato. Por ello es importante, que se responda a cada una de las preguntas aquí planteadas de la manera más completa posible.

| | |
|---|---|
| Nombre o título de la experiencia | Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres |
| Ámbito territorial <i>(Indicar en que ámbito territorial se ha desarrollado la experiencia)</i> | Nacional |
| Web | http://www.sepm.gov.br/pnpm/sistemas-de-acompanhamento-do-pnpm |
| Entidad o Institución responsable de la Experiencia | Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República do Brasil |
| Nombre y cargo de la persona responsable de la experiencia | Lourdes Maria Bandeira/Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna |
| Correo electrónico y teléfono | Lourdes.bandeira@spmulheres.gov.br +55 (61) 3411.4202 |

SÍNTESES:

| | |
|---|--|
| Período de duración <i>Indique año de inicio y terminación (si ya concluyó)</i> | Permanente. Iniciou-se em 2005, tendo sido instalado por meio do Decreto 5.390/2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. |
| Tema <i>que aborda la experiencia</i> | A experiência apresentada trata da gestão das políticas de gênero desenvolvidas no âmbito do governo federal. |
| Explique en dos párrafos el resumen de los objetivos y desarrollo de la experiencia. | O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, foi instituído em 2005, com o objetivo de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), promovendo, para isso, a articulação direta e permanente entre os diferentes órgãos de governo responsáveis pela implementação do PNPM. Os resultados visados por este Comitê são: i) garantir a incorporação da perspectiva de gênero nas mais diferentes políticas, programas e ações desenvolvidos pelo conjunto de órgãos que compõem o governo federal, a partir de uma atuação |

| | |
|--|---|
| | <p>integrada e transversal ; ii) garantir a implementação do PNPM nos estados e municípios, por meio do apoio, incentivo e subsídios técnicos e financeiros para a construção de planos locais de políticas para as mulheres e o desenvolvimento de iniciativas de promoção da autonomia das mulheres e da igualdade de gênero; e iii) possibilitar o controle social e a transparência, oferecendo à sociedade insumos para monitorar e avaliar a implementação do PNPM.</p> <p>O Comitê é integrado por: a) um/a representante de cada órgão diretamente envolvido na implementação do PNPM – atualmente são 22 ministérios, secretarias e outros órgãos do governo federal; b) três representantes da sociedade civil, eleitas entre as conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e c) dois/duas representantes de organismos estaduais de políticas para as mulheres e dois/duas de organismos municipais.</p> <p>O Comitê tem se reunido periodicamente desde sua instalação¹ e tem se constituído em um importante espaço para articulação de parcerias visando o desenvolvimento de novas ações, para acompanhamento das dificuldades e avanços vivenciados no processo de execução do Plano e para definição de prioridades entre os órgãos e as representações da sociedade civil. O Comitê conta, ainda, com o suporte do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PNPM, criado com o objetivo de estabelecer um fluxo mais confiável e menos burocrático das informações, de modo a assegurar a integridade e veracidade dos dados e a produção sistemática de material para subsidiar o acompanhamento da execução do Plano. Esta ferramenta é fundamental para oferecer o apoio necessário ao processo decisório, bem como para garantir a transparência da implementação das ações e dos resultados alcançados. O Sistema está disponível na <i>homepage</i> da Secretaria de Políticas para as Mulheres e pode ser acessado por toda a sociedade.</p> <p>O regimento do Comitê prevê também a constituição de grupos de trabalho e câmaras técnicas com a função de colaborar para o cumprimento de suas atribuições, sistematizar informações e elaborar relatórios sobre temáticas específicas.</p> |
|--|---|

MARCO INTERPRETATIVO:

| | |
|----------------------------------|--|
| Aproximación Conceptual a | A incorporação das questões de gênero nas políticas públicas |
|----------------------------------|--|

¹ As memórias de todas as reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento encontram-se disponíveis no site da SPM, no seguinte endereço: http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/destaques_plano_nacional_pr.htm.

| | |
|---|---|
| <p>la transversalidad de Género (¿Cuál es el marco conceptual que sustenta la experiencia)</p> | <p>tornou-se uma estratégia mundial para a garantia e promoção da igualdade de gênero a partir da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pelas Nações Unidas, em Beijing, em 1995. Nessa Conferência, os chefes de Estado e de governo presentes, inclusive o Brasil, comprometeram-se a adotar e levar adiante uma estratégia de internalização da igualdade de gênero nas políticas públicas e avaliar, regularmente, o impacto das políticas implementadas sob esse prisma.</p> <p>No caso brasileiro, esta estratégia foi adotada a partir da utilização do conceito de transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Isso significa que “os governos e os outros atores devem promover uma política ativa e visível com vistas a integrar uma preocupação pela igualdade entre os sexos em todas as políticas e em todos os programas, nomeadamente analisando as conseqüências que delas resultam para as mulheres e para os homens, antes de qualquer tomada de decisão”². No caso da transversalização horizontal, trata-se de articular para que os órgãos setoriais da mesma esfera federativa atuem a partir de uma perspectiva que incorpore a dimensão de gênero em suas iniciativas. Já a vertical refere-se ao impulso dado pelo governo federal para que governos estaduais e municipais atuem também a partir deste ponto de vista.</p> <p>Tal estratégia nunca havia sido assumida como compromisso governamental e, portanto, nunca havia tido força política para se consolidar entre os ministérios e órgãos governamentais, de modo a estar presente desde o processo de elaboração até o processo de avaliação das políticas. Isso não significa que não existiram tentativas, algumas até exitosas, de articular diferentes órgãos para incorporar gênero em suas políticas. No entanto, essa ideia ainda não era vista como uma estratégia de governo. É apenas a partir de 2003 que a questão se coloca clara e efetivamente como um objetivo e até mesmo como uma prioridade de governo. Documentos oficiais do governo trazem a questão explicitamente em seus textos: “As metas para o ano de 2003 contemplam (...) inclusão conceitual e prática em todas as áreas do Governo, considerando que os direitos humanos das mulheres são indivisíveis</p> |
|---|---|

² Segundo a ONU “Internalizar a igualdade de gênero nas políticas públicas correntes” (ONU apud SILVA, Manuela. Internalizar a igualdade de gênero nas políticas públicas: um caminho em aberto. In: Tavares, Teresa e Ferreira, Virgínia (orgs.). **Revista da Associação Portuguesa de Estudo sobre as Mulheres: Ex Aequo**. Portugal: n.2/3, 2000, p. 43-52.)

| | |
|--|--|
| | <p>e universais, o que exige que a cidadania plena das mulheres seja princípio transversal, compromisso de todos os ministérios”³; “A gestão transversal é um dos grandes desafios para a administração pública (...) é uma prioridade política do governo”⁴.</p> <p>É como consequência desse processo, e como seu maior exemplo, que o governo federal lançou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, e o II Plano Nacional, em 2008, tendo criado o Comitê de Articulação e Monitoramento como instância que possibilita uma gestão transversal e compartilhada do Plano, reunindo todos os órgãos responsáveis por sua execução.</p> |
| <p>¿Cuál es el problema? <i>Explique brevemente el principal problema al que pretende responder la experiencia.</i></p> | <p>A cultura organizacional sobre a qual atuam os órgãos que compõem a estrutura do Estado brasileiro foi construída e consolidada a partir de alguns princípios, dentre os quais destacam-se: a setorialidade, a invisibilidade de grupos sociais específicos, a inexistência de cultura de avaliação e monitoramento das ações, a hierarquização dos diferentes órgãos e dos diferentes temas setoriais, entre outros.</p> <p>Paradoxalmente, a implementação das ações dispostas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres demanda um profundo e sustentado rompimento com estes princípios. A transversalização, a intersetorialidade e a diversidade passam a ser os lemas que orientam o desenvolvimento de quaisquer intervenções nesta área, fazendo-se necessário que as estruturas estatais trabalhem – todas – a partir de uma lente que as permita pensar suas políticas e seus programas segundo um enfoque de gênero e raça, identificando especificidades da população feminina em um determinado campo de ação. Demanda-se, também, que os problemas e questões a serem tratados por este aparato público sejam equacionados por uma atuação integrada entre os diversos órgãos e que considerem as situações distintas experimentadas por grupos sociais distintos. Isso significa, por exemplo, considerar que mulheres indígenas não só têm demandas completamente distintas das mulheres urbanas de grandes metrópoles, como também acessam o Estado de maneira e intensidade diferenciadas. Pensar políticas de gênero e/ou para mulheres significa identificar, também, necessidades particulares e formas de fazer o Estado chegar a cada uma das</p> |

³ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Compromissos do Governo Federal 2003: políticas públicas para as mulheres. Brasília: 2003. 36p.

⁴ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: 2004. 116p.

| | |
|--|--|
| | <p>mulheres brasileiras, segundo suas características específicas. Além destas questões, a administração pública vem, cada vez mais, sendo confrontada pela demanda de monitorar e avaliar suas ações. Para tanto, exige-se a produção e difusão de informações, assim como a construção de metodologias de acompanhamento e de readequação dos programas após as conclusões dos processos avaliativos. Adaptar-se a esta nova realidade é um desafio ainda maior quando se trata de temas recentes na agenda e não tão valorizados no espaço público e na sociedade em geral, e que demandam modificações na cultura de organizações já consolidadas e, por isso mesmo, com maiores dificuldades e resistências para reconstruir suas estratégias e modelos de atuação.</p> <p>É, então, com o objetivo de contribuir para vencer este grande cenário estabelecido, contrário à implementação do Plano, que foi criado o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, direcionado a incentivar a atuação integral, transversal e articulada das políticas, a fomentar o desenvolvimento de ações específicas para as mulheres e o estabelecimento de parcerias entre diferentes órgãos governamentais e a concretizar os princípios do monitoramento, da avaliação e do controle social das ações do governo federal.</p> |
|--|--|

RESULTADOS

| | |
|---|---|
| <p>¿QUÉ SE LOGRÓ? <i>Liste los principales resultados de la misma.</i></p> | <p>a) Construção e lançamento de 2 Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres;</p> <p>b) Maior inserção da temática de gênero, raça e etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo, especialmente no que se refere à inclusão de objetivo estratégico de governo no PPA 2008-2011 e de objetivos setoriais relativos à promoção da igualdade de gênero na programação de alguns ministérios;</p> <p>c) Maior incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas do governo federal (transversalidade horizontal) a partir de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliação das parcerias na execução do PNPM: no I Plano, 15 órgãos do governo federal estavam comprometidos com a implementação das ações. No II Plano, as parcerias se ampliaram, alcançando 22 órgãos, entre ministérios, secretarias e fundações; ○ Ampliação no número de ações executadas em benefício da mulheres: no I PNPM foram definidas 199 ações distribuídas em 5 áreas temáticas, enquanto no II PNPM estas ações alcançaram o número de 388 ações em onze áreas |
|---|---|

| | |
|--|---|
| | <p>temáticas;</p> <ul style="list-style-type: none">○ Criação de institucionalidades de gênero em 6 ministérios, dentre os quais o Ministério de Minas e Energia (Comitê de Gênero), o Ministério da Saúde (Área Técnica de Saúde da Mulher), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Comitê de Gênero), o Ministério do Trabalho e Emprego (Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação) e o Ministério do Meio Ambiente (Comitê de Gênero). Também está sendo finalizada a elaboração de um documento do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM contendo orientações estratégicas para a criação de institucionalidades de gênero nos órgãos governamentais das três esferas federativas;○ Sensibilização e capacitação dos gestores públicos em relação à necessidade de se contemplar a perspectiva de gênero e raça/etnia nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de programas e ações governamentais, já que estes tem impactos diferenciados sobre a vida de mulheres e homens e negros e brancos. <p>d) Institucionalização da questão de gênero no âmbito dos governos estaduais e municipais por meio da criação de organismos governamentais de políticas para as mulheres para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres e do estímulo à construção de planos locais de políticas para as mulheres. Como resultado, existem hoje, no país, organismos de políticas para as mulheres em 22 estados e mais de 300 municípios. Foram também lançados ou estão em construção 11 planos estaduais de políticas para as mulheres;</p> <p>e) Elaboração de uma primeira proposta de orçamento para o II PNPM, construída pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Como a inclusão da temática de gênero no Plano Plurianual e no orçamento ainda se mostra incipiente e insuficiente para atender às especificidades de gênero, não foi possível estimar os recursos previstos para a implementação de cada ação do II Plano. Optou-se, então, pela estimativa do orçamento global previsto por cada ministério para a execução de todas as iniciativas do II PNPM sob sua responsabilidade, o que representa um grande avanço alcançado pelo Comitê. Além disso, é possível saber em qual programa/ação do</p> |
|--|---|

| | |
|--|---|
| | <p>PPA do órgão foram previstos os recursos para cada ação do Plano. Para o período de 2008-2011, há a previsão de recursos da ordem de R\$17,2 bilhões a serem investidos na execução do II Plano;</p> <p>f) Realização de avaliação do Programa Luz para Todos e do Plano Nacional de Qualificação a partir de uma análise que busque verificar de que formas as dimensões de gênero e raça/etnia foram incorporadas no desenho destas políticas e vêm sendo consideradas em sua implementação. A demanda de avaliação e a seleção das iniciativas foram feitas no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano.</p> <p>g) Instituição de dois importantes grupos de trabalho no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Câmara Técnica Nacional de Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, instituída em 2007, com o objetivo de monitorar a implementação interssetorial das ações do Pacto e garantir a articulação necessária para sua implementação. A Câmara Técnica é composta por representantes de todos os órgãos responsáveis pela execução do Pacto. ○ Em 2009, foi criado Grupo de Trabalho para elaboração de propostas para a implementação do Capítulo 09 do PNPM, que trata do enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. Este grupo, composto majoritariamente pela sociedade civil (8 representações da sociedade civil e 5 do governo federal), tinha como objetivo elaborar, em estreita articulação com o movimento de mulheres negras e lésbicas, plano de ações para assegurar a implementação do capítulo 9 do Plano Nacional, evidenciando, mais uma vez, a relevância que a parceria Estado-sociedade civil assume na execução do Plano. |
| <p>¿QUÉ INSTRUMENTOS/MATERIAL ES SE HAN GENERADO?</p> | <p>Foram elaborados, ou estão em fase de elaboração, os seguintes documentos/instrumentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – lançado em 2004. http://www.sepm.gov.br/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf 2. Relatório de Implementação do I PNPM 2005 – lançado em 2006 http://www.sepm.gov.br/pnpm/pnpm-relatorio.pdf 3. Relatório Final de Implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2005-2007. lançado em 2009. – http://www.sepm.gov.br/pnpm/relatorio-de-implementacao-final.pdf 4. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – lançado em 2008 http://www.sepm.gov.br/pnpm/livro-ii-pnpm-completo09.09.2009.pdf 5. Orientações estratégicas para institucionalização da temática de gênero nos órgãos governamentais – em elaboração |

| | |
|--|--|
| | <p>6. Guia para construção de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres – em elaboração</p> <p>7. Avaliação do Programa Luz para Todos – em elaboração</p> <p>8. Avaliação do Plano Nacional de Qualificação Profissional e Social – em elaboração</p> <p>9. Sistema de Acompanhamento do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – http://sistema2.planalto.gov.br/sapnpm/web/indexExterno.php</p> <p>10. Sistema de Acompanhamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – http://www.sigspm.spmulheres.gov.br/</p> |
| <p>¿CÓMO SE LOGRÓ? <i>En no más de dos párrafos explique la estrategia de intervención (principales decisiones y acciones) que permitieron alcanzar los resultados esperados.</i></p> | <p>O Comitê tem alcançado seus resultados a partir de uma metodologia de trabalho que se baseia em 5 estratégias centrais de atuação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões periódicas com todas as representações governamentais responsáveis pela execução do Plano – com periodicidade bimestral, as reuniões tem como objetivo não apenas monitorar a implementação do Plano, identificando possíveis restrições à implementação das ações e as estratégias necessárias para vencê-las, como também propiciar o desenvolvimento de capacidades dos/as gestores/as para atuarem na formulação e na implementação de iniciativas em seus órgãos de origem. Para isso, a cada reunião é realizada também uma discussão temática, relacionada a uma política específica, que permita a reflexão aplicada sobre os temas de gênero e mulheres; 2. Monitoramento da implementação via Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – todos os anos os órgãos identificam suas ações prioritárias, para as quais serão envidados esforços adicionais para garantir sua implementação e o monitoramento. A cada três meses os órgãos devem informar o andamento destas ações, apontando a necessidade de alguma intervenção adicional para que a mesma se realize. Ao final do ano, os órgãos informam, para cada ação prioritária, a execução física e financeira, os municípios e estados atingidos com a ação, o público beneficiário, os parceiros e a estratégia adotada para o alcance dos resultados. 3. Produção de materiais que subsidiem o desenvolvimento de políticas de gênero e/ou para mulheres – o Comitê entende que é muito relevante contribuir na definição de normas e diretrizes que auxiliem os diversos órgãos de governo, em cada uma das esferas da federação, a formularem, implementarem, monitorarem e avaliarem políticas para as mulheres . Para a construção destes documentos, são realizadas oficinas de trabalho no âmbito do |

| | |
|---|---|
| | <p>Comitê ou contratadas consultorias que apresentam seus resultados às integrantes do Comitê para discussão e definição das linhas prioritárias que devem integrar os manuais. Ademais, são também estimuladas a produção e a divulgação de estudos, pesquisas e estatísticas desagregadas por sexo de modo a ampliar o conhecimento sobre a situação das mulheres e das políticas de gênero e subsidiar os órgãos na implementação das ações do PNPM;</p> <p>4. Ampliação e fortalecimento das institucionalidades – neste campo, tem sido estimulada a criação de estruturas similares ao Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM em cada órgão governamental – também nos níveis estadual e municipal – que possam aprimorem a capacidade dos órgãos planejarem, articularem, implementarem, monitorarem e avaliarem as iniciativas desenvolvidas em benefício das mulheres e da igualdade de gênero.</p> <p>5. Estímulo à regionalização do PNPM – o Comitê entende que fortalecer as experiências locais de construção de planos de políticas para as mulheres é uma estratégia fundamental para concretizar o Plano na ponta. Para tanto, incorporou em sua estrutura quatro representantes de organismos de políticas para as mulheres de nível local, sendo duas estaduais e duas municipais, de modo que a articulação e as demandas locais possam ser discutidas de forma permanente na esfera do Comitê, com todos os órgãos responsáveis pelo PNPM.</p> <p>6. Participação social – A participação e o controle social dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres estão definidas como uma de suas diretrizes essenciais “garantir a participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, colocando à disposição dados e indicadores relacionados ao atos políticos e garantindo a transparência de suas ações”. O Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres integra o Comitê e atua, de forma intensa, no monitoramento do PNPM.</p> |
| Líneas de acción | |
| Desarrollo de legislaciones y políticas | Ampliação no número de ações executadas em benefício da mulheres Ampliação no número de ações executadas em benefício da mulheres → por meio das estratégias 1 a 6 |
| Producción de conocimiento y herramientas | Documentos de orientação e diretrizes, avaliação de políticas públicas selecionadas e produção de indicadores e informações sobre a realidade das mulheres no país → por meio da estratégia 3 |
| Desarrollo de capacidades | Formação de gestores/as que integram o Comitê e que, a partir de sua experiência, multiplicam seus conhecimentos nos órgãos de origem → por meio das estratégias 1 a 4 |
| Sensibilización a la | O diálogo entre o Comitê e a sociedade de forma geral é viabilizado |

| | |
|---|--|
| opinión pública | por meio do Sistema de Acompanhamento do PNPM e dos materiais produzidos → estratégias 2, 3 e 6 |
| Acciones para la transformación organizacional | Neste aspecto, destaca-se, especialmente, a criação dos Comitês de Gênero nos órgãos governamentais (ver item resultados)→ estratégia 4 |
| Fortalecimiento de actores | Formação de gestores/as que integram o Comitê e que, a partir de sua experiência, multiplicam seus conhecimentos nos órgãos de origem → por meio das estratégias 1 a 4 Fortalecimento de institucionalidades, destacando-se a criação dos Comitês de Gênero nos órgãos governamentais (ver item resultados)→ estratégia 4 |
| Incidencia política | A incidência política para interferir nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas, no sentido da promoção da igualdade de gênero, é a razão de ser do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM → garantido pelas estratégias 1 a 6. |
| Mecanismos de seguimiento y rendición de cuentas | O diálogo entre o Comitê e a sociedade de forma geral é viabilizado por meio do Sistema de Acompanhamento do PNPM, dos materiais produzidos e pela participação das representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no próprio Comitê → estratégias 1, 2, 3 e 6 |
| <p>¿QUIÉNES LO HICIERON POSIBLE?</p> <p><i>Liste las organizaciones que participaron en las principales decisiones y acciones de la experiencia.</i></p> | <p>1) Uma representação de cada um dos órgãos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República (coordenação do Comitê) ○ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social/Presidência da República ○ Secretaria dos Direitos Humanos/Presidência da República ○ Secretaria-Geral/Presidência da República ○ Secretaria de Comunicação Social/Presidência da República ○ Casa Civil/Presidência da República ○ Ministério da Educação ○ Ministério da Justiça ○ Ministério da Saúde ○ Ministério das Cidades ○ Ministério do Desenvolvimento Agrário ○ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ○ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ○ Ministério do Trabalho e Emprego ○ Ministério de Minas e Energia ○ Ministério da Cultura ○ Ministério do Meio Ambiente ○ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |

| | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> ○ Fundação Nacional do Índio ○ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ○ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ○ Caixa Econômica Federal <p>2) Três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher</p> <p>3) Quatro representações do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, sendo duas estaduais e duas municipais</p> <p>4) Participam, ainda, como instituições convidadas permanentes o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres – UNIFEM e a Organização Internacional do Trabalho – OIT.</p> |
| <p>¿CUÁLES SON LAS PRINCIPALES FORTALEZAS Y DEBILIDADES DE ESTA EXPERIENCIA? (Liste 3 de cada una y no olvide señalar debilidades propias además de las del contexto)</p> | <p>FORTALEZAS</p> <p>Os fatores críticos de sucesso desta iniciativa são: i) compromisso político das instituições públicas envolvidas na execução do II PNPM com a institucionalização das políticas de gênero; ii) atuação efetiva da sociedade civil no Comitê no sentido de apresentar as demandas das mulheres em toda a sua diversidade e realizar o controle social de todas as iniciativas desenvolvidas; iii) ampliação da sensibilização e formação de agentes públicos nas questões de gênero, raça/etnia e direitos humanos, como estratégia de fortalecimento institucional para o governo federal que possibilite uma adequada gestão da transversalidade de tais temáticas; iv) divulgação de estudos, pesquisas e estatísticas desagregadas por sexo no âmbito do governo federal para ampliar o conhecimento sobre a situação das mulheres e das políticas de gênero e subsidiar os órgãos na implementação das ações do PNPM; v) existência de instrumentos efetivos de monitoramento, evidenciados pelo Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pela realização de reuniões periódicas (bimestrais) do Comitê.</p> <p>DEBILIDADES</p> <p>Os principais obstáculos encontrados para a constituição e implementação das atividades do Comitê foram: i) desconhecimento e resistência dos gestores públicos em relação ao tema e a uma forma de gestão pública integrada e articulada; ii) atuação governamental marcada por um tratamento setorial, em que há baixo nível de articulação entre os órgãos do governo federal e, conseqüentemente, de intregação entre as políticas públicas; iii) dificuldade de incorporar a perspectiva de gênero nos programas e ações governamentais, que ainda são abrangentes e universais e, portanto, não consideram as demandas e especificidades das mulheres; iv) orçamentos estabelecidos em</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>termos de agregados financeiros e formulados sem levar em conta o impacto diferenciado das intervenções públicas em cada grupo social específico; v) insuficiência de dados oficiais e sistemáticos em relação às desigualdades de gênero, especialmente no caso de temas como violência contra a mulher, uso do tempo, entre outros.</p> |
| <p>¿QUÉ APRENDIMOS? <i>Liste los principales aprendizajes sobre éxitos u obstáculos de la experiencia</i></p> | <p>Ao longo destes quase 7 anos de existência do Comitê do PNPM, foi possível perceber que algumas estratégias deve ser priorizadas e defendidas como necessárias para a efetivação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e sua gestão eficiente. São elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) disponibilização de conhecimentos acerca das questões de igualdade ou desigualdade de gênero: a gestão do PNPM necessita do apoio permanente de informações e dados confiáveis sobre as diferentes áreas de atuação que se articulam no enfrentamento das desigualdades de gênero e na promoção da autonomia e dos direitos das mulheres. Ademais, a produção de estudos, pesquisas e estatísticas desagregadas por sexo é fundamental na formulação de estratégias e políticas de igualdade; ii) mobilização dos indispensáveis recursos humanos e financeiros, não apenas no nível federal, mas também em estados e municípios. No espaço federal, revelou-se importante, ao longo dos últimos anos, a criação de comitês de gênero – ou outras instâncias no âmbito dos órgãos – que articulem internamente para a elaboração e monitoramento de políticas na área. Nos níveis estadual e municipal, a estratégia para tanto tem sido o fortalecimento das instâncias de implementação de políticas públicas nos demais entes da federação e o estímulo à construção de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres que garantam o atendimento das demandas encaminhadas à Conferência Nacional, as quais orientaram os resultados aprovados em suas plenárias. iii) participação efetiva e significativa das mulheres na vida política e pública e nas tomadas de decisão. Nesse caso, tem-se trabalhado, em articulação com o CNDM, na criação e fortalecimento de conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos das mulheres, como possibilidade de interlocução com a sociedade civil e de garantia de transparência das ações; iv) ampliação da formação de agentes públicos nas questões de gênero, raça/etnia e direitos humanos: corresponde a uma estratégia de fortalecimento institucional para o governo federal que possibilite uma adequada gestão da transversalidade de tais temáticas, a partir da formação de gestores e equipes técnicas na |

| | |
|--|---|
| | <p>temática, por meio de programas de capacitação que atendam às novas exigências das ações transversais. Ao mesmo tempo, é preciso sensibilizar gestores e decisores para o significado das novas práticas e os novos conceitos que as embasam.</p> <p>v) Incorporação das temática de gênero e raça/etnia no planejamento/orçamento do governo federal (e também dos governos estaduais e municipais), expressos no Plano Plurianual (PPA). Isto significa dizer que se as ações previstas no Plano encontram rebatimento direto naquelas dispostas no PPA, assegura-se, dessa forma, o direcionamento de orçamento específico e reduz-se a sua vulnerabilidade a situações de restrições orçamentárias ou mudanças na linha de ação do órgão.</p> <p>Para enfrentar os obstáculos anteriormente listados, o Comitê procurou criar instrumentos de articulação entre os diferentes ministérios e secretarias responsáveis pela execução do Plano, como discussões temáticas nas reuniões ordinárias e criação de câmaras técnicas para tratar de temas específicos, além de mecanismos de sensibilização dos gestores públicos federais - reuniões realizadas entre a SPM e as equipes gerenciais e técnicas dos órgãos para discutir as ações do PNPM - e de incentivo à transversalidade vertical da perspectiva de gênero como já mencionado anteriormente. A própria metodologia de construção do Plano proporciona uma maior integração governamental, pois diversas ações são implementadas por mais de um órgão.</p> |
|--|---|

Recuerde que la fecha límite para enviar sus experiencias es el 29 de octubre de 2010.

Si disponen de materiales gráficos o audiovisuales, pueden enviarlos junto con la ficha de la experiencia a **Ivonne Urriola** ivonne.urriola@undp.org o **Neus Bernabeu** neus.bernabeu@undp.org

Posteriormente les contactaremos para profundizar la información o solicitar aclaraciones.